

Nortec Química S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório da administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Resultados 2024

A Nortec Química S.A. (citada como "Companhia" ou ainda como "Nortec Química" ao longo deste relatório), empresa brasileira do ramo farmoquímico (químico-farmacêutico), divulga hoje, no site da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), o resultado acumulado do ano de 2024, atualizando seus acionistas e o mercado em relação ao seu desempenho, melhorias e dinamicidade na sua administração e, na continuidade de seus projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, conforme sua tradição histórica.

Principais Indicadores

Indicadores	31/12/2024	31/12/2023	Δ %
Receita Líquida (R\$ mil)	245.825	224.730	9%
Volume de Produção (kg)	177.662	163.679	9%
Lucro Bruto (R\$ mil)	66.465	61.007	9%
EBITDA ajustado (R\$ mil) (*)	36.602	34.957	5%
Margem EBITDA Ajustado (%/Receita)	14,9%	15,6%	-0,7 p.p
Lucro (prejuízo) Líquido (R\$ mil)	9.011	34.037	-74%
Margem Líquida (%/Receita)	3,7%	15,1%	-11,5 p.p

Liquidez/Endividamento/Rentabilidade	31/12/2024	31/12/2023	Δ %
Índice Liquidez Imediata	0,54	0,94	-42%
Índice Liquidez Corrente	4,52	4,09	10%
Índice Grau de Endividamento(**)	63,7%	42,6%	21,1 p.p

(*) = Cálculo do EBITDA e ajustes detalhados neste Relatório no item Ebitda Ajustado

(**) = (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)/Patrimônio Líquido

As informações financeiras e operacionais, divulgadas em milhares de Reais, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS Accounting Standards*) acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Considerações da Administração

A Nortec Química mantém o seu propósito de liderar o mercado de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) no País, através do contínuo investimento em suas operações, garantindo o compromisso de atendimento ao Complexo Industrial de Saúde no Brasil.

A estratégia da Companhia segue sendo aplicada com investimentos em sua estrutura de Governança Corporativa, Inteligência de mercado e incremento do Desenvolvimento de Novos IFAs, visando uma melhoria contínua de seus processos de Tecnologia e Pesquisa & Desenvolvimento.

Nas frentes institucionais e de atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), a Nortec Química segue acompanhando e participando das reuniões do Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (GECEIS), com compromisso de redução da dependência de insumos importados na saúde do Brasil. Este é um objetivo que, além de garantir maior estabilidade social para o País em momentos de crise, pode ser um dos principais vetores de crescimento da economia, gerando empregos e investimentos em indústria de alta densidade tecnológica e formação de gente capacitada.

Além disso, no primeiro semestre de 2024 a Nortec Química marcou presença na FCE Pharma, realizada em São Paulo, e na CPhI China, e em outubro de 2024, a Companhia esteve presente na CPhI Milão, destacando sua posição no mercado, proporcionando aos profissionais, parceiros, fornecedores e empresas presentes a oportunidade de conhecer de perto suas contribuições para a indústria farmacêutica nacional e internacional.

Nas frentes de expansões, os projetos permanecem com o ritmo acelerado de expansão, visando a modernização e expansão das estruturas produtivas e laboratoriais, incluindo alguns projetos que visam a entrada da Companhia no mercado de IFAs de Alta Potência, com a produção de IFAs oncológicos, além de viabilizar a produção de novas moléculas, gerando Tecnologia Industrial com engenharia básica desenvolvida no Departamento de Engenharia da própria empresa no Rio de Janeiro. Em 2024 a Nortec esteve presente também, na feiraACHEMA, realizada na Alemanha, mantendo atualizado seu conhecimento em tecnologias, processos industriais e inovação para indústrias globais.

As práticas ESG são tema fundamental para empresas que buscam a sustentabilidade de seus resultados. Na Nortec Química, existem exemplos práticos de ESG que trazem resultados mensuráveis, dentre os quais, pode-se destacar a gestão dos resíduos realizada até o fim de seu processamento, e uma estação própria de tratamento de efluentes, com injeção de oxigênio para melhor tratamento do efluente industrial. Desde suas primeiras unidades (10 e 100), nas décadas de 80 e 90, os projetos da estação de tratamento dos efluentes foram concebidos em cooperação com a COPPE – UFRJ. Além disso, desde 2021, a Nortec Química mantém suas operações atendidas por Energia Elétrica de Fontes Renováveis, e desde então, estima-se a redução de até 800 toneladas de CO² equivalente em GEE, conforme a metodologia internacional do GHG Protocol.

A Companhia valoriza intensamente a educação dos seus funcionários, incentivando estudo com bolsas para cursos de especialização, linguística e outros, a fim de contribuir com o crescimento profissional, pessoal e vocacional dos seus colaboradores.

Por fim, a Nortec Química S.A. (por ser um fornecedor de IFA “independente” para formulação, definida pelos laboratórios como “*outsourcing*”) desempenha um papel estratégico de suprimento relevante, permitindo o abastecimento do Sistema de Saúde brasileiro de forma equânime, atendendo a todos os principais Laboratórios Farmacêuticos, no Brasil, nas suas formulações galênicas: Medicamentos de referência, Medicamentos genéricos e Medicamentos similares.

Em realce, a Companhia permanece como importante fornecedor de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) antirretrovirais para o Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil, além de moléculas ativas (IFAs) para Doença de Parkinson e para pleno abastecimento do Programa DST-AIDS. Em termos de *Drugs for Neglected Diseases* (Insumos Farmacêuticos para Doenças Negligenciadas), a Companhia contribui com a produção do Benznidazol para Doença de Chagas, suprindo Programas de OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde).

Análise Econômica Financeira

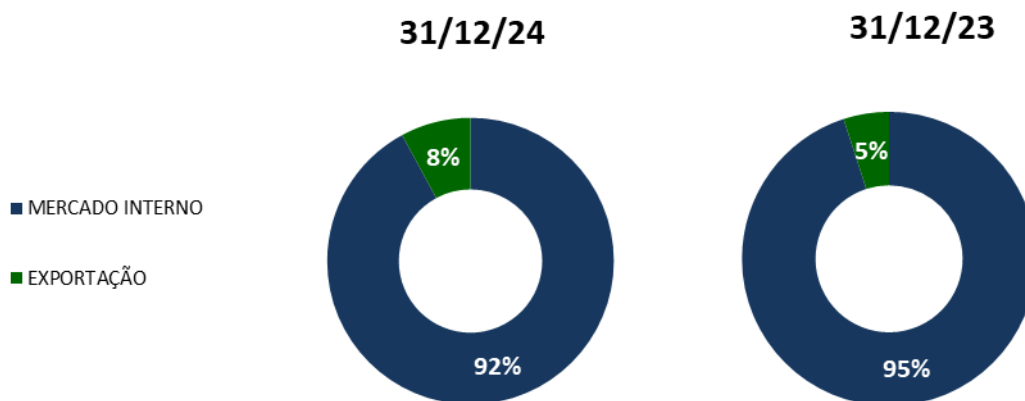
Faturamento líquido

R\$ Mil	31/12/2024	31/12/2023	Var %
Privado	167.811	121.109	38,6%
Exportação	19.458	11.242	73,1%
Governo	58.367	89.550	-34,8%
PDP'S (Parcerias de Desenv. Produtivo)	189	2.829	-93,3%
Receita Líquida de Vendas	245.825	224.730	9,4%

A receita líquida acumulada, ao final de 2024, alcançou R\$ 245,8 milhões, representando um aumento de 9,4% em comparação com o ano anterior, quando atingiu R\$ 224,7 milhões.

A receita de vendas no mercado privado apresentou aumento, tanto no segmento nacional quanto nas exportações, representando o maior nível já atingido pela Companhia nestes segmentos. Já no segmento governamental houve redução de 34,8% em comparação com o ano anterior, com redução de volume em alguns produtos fornecidos.

A receita de vendas oriunda do Mercado Externo representou 7,9% na receita total da Companhia. Os produtos com maior representatividade nas exportações foram a Prilocaina, IFA com CEP (*Certificate of Suitability*) do EDQM (agência reguladora europeia) e a Espironolactona.



Lucro Bruto e Margem Bruta

R\$ Mil	31/12/2024	31/12/2023	Var %
Receita Líquida de Vendas	245.825	224.730	9,4%
CPV	(179.360)	(163.723)	9,6%
Lucro Bruto	66.465	61.007	8,9%
Margem Bruta	27,0%	27,1%	-0,1 p.p

O lucro bruto da Companhia aumentou em 8,9%, na comparação com o ano anterior, resultado da maior receita de vendas e manutenção da margem bruta do ano anterior.

Despesas/Receitas Operacionais

R\$ Mil	31/12/2024	31/12/2023	Var %
Despesas Administrativas e Vendas	(42.489)	(35.837)	18,6%
Participações nos Lucros e Resultados	(901)	-	NA
Outras Despesas e Receitas Operacionais	1.731	6.814	-74,6%
Despesas/Receitas Operacionais	(41.659)	(29.023)	43,5%
Despesas e Receitas Operacionais/R.L.	-16,9%	-12,9%	-4 p.p

As despesas administrativas e de vendas atingiram R\$ 42,5 milhões ao final de 2024, representando um aumento de 18,6% em relação ao ano anterior. Em razão do atingimento de objetivos, a participação nos lucros e resultados representou uma despesa de R\$ 901 mil no ano.

A Nortec Química tem como um dos pilares do modelo de gestão o controle de despesas e busca permanentemente pela estabilidade das operações através de eficiência interna, garantindo alinhamento ao planejamento estratégico da Companhia, mantendo o foco nos investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento, Assuntos Regulatórios e Comercial/Marketing, com objetivo da melhoria contínua do nível de serviço, do desenvolvimento de novos produtos para permitir constante atualização do portfólio e em certificações internacionais para permitir uma atuação mais forte nos mercados externos.

As Outras Receitas Operacionais apresentaram redução, em consequência de restituições de IRPJ/CSLL ocorridas em 2023, por conta do benefício da subvenção para investimentos.

EBITDA Ajustado

R\$ Mil	31/12/2024	31/12/2023	Var %
Lucro (prejuízo) Líquido	9.011	34.037	-73,5%
IRPJ/CSLL	5.685	425	1237,6%
Resultado Financeiro Líquido	10.090	(2.478)	-507,2%
Depreciação e amortização	12.646	9.787	29,2%
EBITDA	37.432	41.771	-10,4%
Outras Receitas	(1.731)	(6.814)	-74,6%
Participações nos Lucros e Resultados	901	-	NA
EBITDA ajustado	36.602	34.957	4,7%
Receita Líquida de Vendas	245.825	224.730	9,4%
(EBITDA Ajustado/R.L)	14,9%	15,6%	-0,7 p.p

O EBITDA ajustado, foi de R\$ 36,6 milhões positivos, o que representou 14,9% da receita líquida do exercício.

Os ajustes do EBITDA são “Outras Receitas”, resultados em sua maioria de vendas de subprodutos e restituições de impostos federais (em 2023), apenas para facilitar o entendimento do resultado da operação fim da Companhia, e a despesa com participações nos lucros e resultados, por entendimento de que esta despesa somente é devida após a consolidação de resultados da operação padrão da Companhia, como uma consequência.

Resultado Financeiro

R\$ Mil	31/12/2024	31/12/2023	Var %
Receitas Financeiras	4.389	5.295	-17,1%
Despesas Financeiras	(6.521)	(3.965)	64,5%
Resultado Cambial Líquido	(7.958)	1.148	-793,2%
Resultado Financeiro Líquido	(10.090)	2.478	-507,2%

O resultado financeiro líquido ao fim de 2024 foi negativo em R\$ 10,1 milhões, uma variação negativa em relação aos R\$ 2,5 milhões positivos no ano anterior, causada, principalmente, pela piora no resultado cambial apurado sobre os passivos de importações de matérias-primas e financiamento contratados em dólar.

As Receitas Financeiras atingiram R\$ 4,4 milhões, sendo a maior parte proveniente de aplicações financeiras. As Despesas Financeiras representaram R\$ 6,5 milhões, sendo em sua maioria oriundas dos juros sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia.

Liquidez e Endividamento

R\$ Mil	31/12/2024	31/12/2023	Var %
Empréstimos e Financiamentos	109.429	59.843	82,9%
Disponibilidade Financeira Livre	(27.603)	(40.778)	-32,3%
Dívida Líquida	81.826	19.065	329,2%
EBITDA ajustado	36.602	34.957	4,7%
(Dívida/Caixa Líquido)/EBITDA ajustado	2,236x	0,545x	

A disponibilidade financeira no final de dezembro de 2024, livre de garantias, foi de R\$ 27,6 milhões (R\$ 40,8 milhões em Dez/2023), representando uma redução de 32,3% em relação à posição de dezembro/2023.

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos totalizavam o montante de R\$ 109,4 milhões, estando R\$ 10,7 milhões registrados no passivo circulante e R\$ 98,7 milhões no passivo não circulante, obtidos por meio de contratos de financiamentos de longo prazo com o BNDES, com a finalidade de garantir projetos de expansão da Unidade 280 e de laboratórios, e também junto à FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), para a expansão da capacidade de desenvolvimento e analítica nos setores de Pesquisa & Desenvolvimento e Controle de Qualidade, possibilitando, inclusive, IFAs de Alta Potência. Além destes, a Companhia contratou em 2024 um financiamento com o Itaú no contexto de uma negociação societária.

No final de 2024, a Companhia apresentava dívida líquida de R\$ 81,8 milhões. O perfil da dívida é de taxas bastante atrativas, sendo a maior parte oriundas de linhas de fomento e com longo prazo de amortização.

Patrimônio Líquido

R\$ Mil	31/12/2024	31/12/2023	Var %
Patrimônio Líquido	239.681	232.412	3,1%

PL/Ações (BRL)		
31/12/2024	31/12/2023	Varição
20,18	19,57	0,61

Ao final de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia atingiu R\$ 239,7 milhões (R\$ 20,18 por ação).

Relacionamento com os Auditores

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, cumpre-se informar que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os Auditores Independentes da Companhia não foram contratados para outros trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Nortec Química S.A., em atenção ao disposto nos incisos V e VI do Art. 25 da Instrução CVM 480/09, declara que revisou, discutiu e concordou com (i) as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e (ii) as Informações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Agradecimentos

A Nortec Química S.A., sempre pautada em seu modelo de Gestão/Administração Participativa por Objetivos, alicerçada em sólido modelo de Governança Corporativa, que resulta em reuniões frequentes de treinamentos, com talentos próprios nos diversos níveis hierárquicos da Empresa, registra seus agradecimentos a todos que vem contribuindo para o sucesso obtido ao longo dos anos, em especial a seus clientes, colaboradores e acionistas.

Agradece, em adição, às Instituições e Universidades que alicerçam um trabalho de oxigenação tecnológica, através de Contratos de Cooperação Tecnológica, desde a sua fundação em 1982.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Nortec Química S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nortec Química S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nortec Química S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de vendas

Conforme descrito na nota explicativa nº 6.3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia deriva da venda de produtos químicos e farmoquímicos, reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto vendido. O processo de reconhecimento de receita com venda de produtos da Companhia envolve controles internos para assegurar que todos os produtos faturados tenham sido entregues aos seus respectivos compradores no período contábil adequado e mensurar as vendas faturadas e não entregues no fim do exercício.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos, a distribuição geográfica dos clientes da Companhia e a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos para identificar e mensurar que a receita de produtos tenha sido efetuada na competência correta.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho, da implementação e dos testes de efetividade dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento e mensuração das receitas; (ii) avaliação dos sistemas utilizados no processo com a participação de especialistas em tecnologia; (iii) verificação, por amostragem, das documentações-suporte dos produtos vendidos no exercício; (iv) teste em base amostral de reconhecimento pela competência das receitas, com verificação de documentação-suporte, tais como inspeção do pedido de venda aprovado pelo cliente e confronto com as políticas comerciais da Companhia, e obtenção do comprovante de entrega ou outras evidências que suportam o cumprimento de obrigação de performance da venda do produto; (v) confirmação externa com os clientes para as vendas ocorridas no exercício; e (vi) avaliação das divulgações das receitas efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, consideramos aceitável a prática de reconhecimento da receita, bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes examinados por outros auditores independentes

Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, sem modificação, com data de 28 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	27.603	40.778	Fornecedores	14	27.661	21.845
Contas a receber	9	83.307	32.920	Empréstimos e financiamentos	15	10.684	6.181
Mútuo c/partes relacionadas	10	35.301	-	Obrigações sociais e trabalhistas	16	4.869	4.751
Estoques	11	78.574	89.629	Obrigações fiscais	17	4.251	2.810
Impostos a recuperar	12	3.160	12.112	Dividendos a pagar		2.140	7.555
Despesas antecipadas		692	192	Participações a pagar		901	-
Adiantamento a fornecedores		1.562	1.708	Adiantamento de Clientes		23	92
Outros ativos circulantes		41	59	Outros passivos circulantes		443	151
Total do ativo circulante		230.240	177.398	Total do passivo circulante		50.972	43.385
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	8	3.184	3.750	Empréstimos e financiamentos	15	98.745	53.662
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	1.110	Contingências	18	109	-
Outros ativos não circulantes		1.711	917	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	1.129	-
Imobilizado	13	157.187	148.201	Benefício Pós-Emprego		1.686	1.917
Total do ativo não circulante		162.082	153.978	Total do passivo não circulante		101.669	55.579
				Patrimônio líquido	20		
				Capital social		89.230	89.230
				Reserva Legal		14.826	14.376
				Reserva de Retenção de Lucros		30.457	24.037
				Reserva de Incentivos Fiscais		104.833	104.833
				Outros Resultados Abrangentes		335	(64)
				Total do patrimônio líquido		239.681	232.412
Total do ativo		392.322	331.376	Total do passivo		392.322	331.376

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receitas operacionais líquidas			
Receita líquida de vendas	21	245.825	224.730
Custo dos produtos vendidos	22	(179.360)	(163.723)
		66.465	61.007
Lucro bruto			
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	23	(2.004)	(1.543)
Despesas gerais e administrativas	23	(41.406)	(34.294)
Outras (despesas) receitas operacionais	23	1.731	6.814
		24.786	31.984
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras			
	24	24.786	31.984
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		4.389	5.295
Despesas financeiras		(6.521)	(3.965)
Variação cambial líquida		(7.958)	1.148
		(10.090)	2.478
Receitas financeiras líquidas			
		14.696	34.462
Resultado antes dos impostos			
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(3.446)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	(2.239)	(425)
		9.011	34.037
Lucro líquido do exercício			
		9.011	34.037
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	28	0,7587	2,8657

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício		9.011	34.037
Outros resultados abrangentes:			
Mensuração de obrigações de benefícios a empregados – Plano de saúde		399	(64)
Total do resultado abrangente do exercício		9.410	33.973

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Outros Resultados abrangentes	Total Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Incentivos Fiscais	Retenção de lucros			
Saldo em 1º de janeiro de 2023		89.230	12.674	82.955	21.664	-	-	206.523
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	34.037	-	34.037
Mensuração de obrigações de benefícios a empregados – Plano de saúde		-	-	-	-	-	(64)	(64)
Reserva legal		-	1.702	-	-	(1.702)	-	-
Reserva de incentivos fiscais (ICMS – Convênio 10/2002)		-	-	21.878	-	(21.879)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.084)	-	(1.084)
Juros sobre capital próprio a pagar		-	-	-	-	(7.000)	-	(7.000)
Constituição de reservas		-	-	-	2.373	(2.373)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20	89.230	14.376	104.833	24.037	-	(64)	232.412
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.011	-	9.011
Mensuração de obrigações de benefícios a empregados – Plano de saúde		-	-	-	-	-	399	399
Reserva legal		-	451	-	-	(451)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(2.140)	-	(2.140)
Constituição de reservas		-	-	-	6.420	(6.420)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	20	89.230	14.826	104.833	30.457	-	335	239.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes dos impostos		14.696	34.462
Ajustes:			
Depreciação	13	12.646	9.787
Constituição (reversão) para perda nos estoques	11	424	2.172
(Reversão) Provisão para contingências	18	109	(71)
(Reversão) Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	9	99	(85)
Baixa de Ativo Permanente		203	-
Juros e variação cambial sobre empréstimos		11.724	2.823
Juros provisionados sobre Mútuo c/Partes Relacionadas		(1.517)	-
Benefício pós-emprego		167	129
Outros		24	(8)
Variações em:			
Contas a receber		(50.486)	4.017
Estoques		10.631	(9.460)
Impostos a recuperar (i)		8.952	(3.127)
Outros ativos		(19)	722
Fornecedores		5.816	687
Obrigações sociais e trabalhistas		118	208
Obrigações fiscais		(1.273)	3.604
Outros passivos		2.026	(1.067)
Pagamento de Impostos (IRPJ/CSLL)		(2.970)	(3.218)
(i) Líquido do Pagamento de Impostos (IRPJ/CSLL)			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		11.370	41.575
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de Imobilizado (a)	13	(21.632)	(39.351)
Aplicações financeiras		566	21.221
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(21.066)	(18.130)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	15	53.728	20.117
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	15	(10.634)	(4.161)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	15	(5.234)	(4.756)
Pagamento de Dividendos e JCP	20	(7.555)	(6.661)
Mútuo com Partes Relacionadas		(33.784)	-
Caixa líquido obtido/ (consumido) nas atividades de financiamento		(3.479)	4.539
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(13.175)	27.984
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	40.778	12.794
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		27.603	40.778
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(13.175)	27.984

AS notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	264.079	239.745
Outras receitas	2.038	7.068
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(126.534)	(104.598)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(39.129)	(33.108)
Valor adicionado bruto	<u>100.454</u>	<u>109.107</u>
Depreciação e amortização	<u>(12.646)</u>	<u>(9.787)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	<u>87.808</u>	<u>99.320</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.729	5.493
Variação cambial ativa	8.723	5.786
Valor adicionado total a distribuir	<u>101.260</u>	<u>110.599</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	25.638	25.371
Benefícios	13.321	11.674
FGTS	2.477	2.572
	<u>41.436</u>	<u>39.617</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federal	14.124	12.883
Estadual	12.055	13.622
Municipal	18	14
	<u>26.197</u>	<u>26.519</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	6.521	3.967
Aluguéis	1.415	1.821
Variação cambial passiva	16.681	4.638
	<u>24.616</u>	<u>10.426</u>
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	-	7.000
Dividendos	2.140	1.084
Lucros retidos	6.871	25.953
	<u>9.011</u>	<u>34.037</u>
Valor Adicionado total distribuído	<u>101.260</u>	<u>110.599</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

As atividades da Nortec Química S.A. (“Nortec” ou “Companhia”) compreendem basicamente a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos e farmoquímicos, sendo os IFAs (Insumos Farmacêuticos Ativos) pesquisas e desenvolvimento de tecnologias ligadas a esses produtos, prestação de serviços de assistências técnicas nas áreas comercial, tecnológica e de produção de terceiros. Está localizada na Rua Dezessete, 200 A, B, C e D, Distrito Industrial, bairro Mantiqueira, 4º distrito de Xerém, cidade de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro.

Em 23 de novembro de 2012, a Companhia obteve o registro de Companhia Aberta na Categoria “A” na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Essa categoria autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários. A Companhia não possui ações negociadas nos mercados mobiliários.

1.1 Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas

A Companhia realiza frequentemente o monitoramento dos gases de efeito estufa e de todos os gases utilizados em seus processos industriais. A Nortec tem uma preocupação melhorar continuamente seus processos e modernizar suas unidades fabris. Essas ações demonstram a preocupação que a Administração tem com o meio ambiente. Destaca-se que a Companhia cumpre todas as normas e exigências dos órgãos reguladores do meio ambiente. A Administração entende que não houve impacto em suas demonstrações financeiras pelas mudanças climáticas.

1.2 Reforma Tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

1.3 Créditos de ICMS de produtos Intermediários

Em setembro de 2024, a Diretoria Estatutária, assessorada por escritórios externos especializados nas áreas contábil e fiscal, revisou lançamentos tributários dos anos anteriores e realizou uma adequação na classificação de materiais essenciais e relevantes adquiridos para utilização na operação da Companhia, que permitiu recuperar créditos de ICMS de atividades intermediárias consideradas essenciais para a produção de IFAs. Esse projeto trouxe créditos fiscais da ordem de R\$ 2,5 milhões à Companhia, referente aos 5 anos anteriores, registrados como Impostos a Recuperar. Até fevereiro de 2025 estes créditos foram integralmente aproveitados nas apurações mensais do ICMS.

1.4 Subvenção para Investimentos.

Com a promulgação da Lei 14.789/2023, o cenário para o aproveitamento de incentivos fiscais das Subvenções para Investimentos a partir de 2024 passou por alterações relevantes. As mudanças restringem consideravelmente a utilização deste benefício em âmbito geral, e no caso da Companhia, impediram o aproveitamento a partir das alterações legislativas. A Companhia vinha utilizando nos últimos anos este benefício para impulsionar seu crescimento sustentável.

Diante da importância estratégica da Subvenção para Investimentos, que permite reinvestimentos significativos em projetos de expansão e geração de novos empregos, a Administração da Companhia, em conjunto com consultorias jurídicas e tributárias, está diligentemente avaliando alternativas para retomar o acesso a este benefício.

Cabe destacar que a preservação da Subvenção para Investimentos se alinha à visão de longo prazo da Companhia, que busca conciliar o crescimento sustentável com a responsabilidade fiscal e social.

2 Apresentação e base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

A emissão destas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2025.

2.1 Declaração de relevância

Aplicamos a Orientação Técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/2014, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores nas tomadas de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento

3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

4.1 Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável. As vidas úteis para os bens do ativo imobilizado foram definidas nos laudos técnicos emitidos por engenheiros externos, que são revisados a cada três anos ou quando ocorrer algum evento que possa indicar mudança significativa de vida útil.

4.2 Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando: i) a Companhia tem, uma obrigação presente ou formalizada como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e iii) o valor puder ser mensurado com segurança. As provisões são mensuradas a valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

As contingências são analisadas pela Administração, fundamentada na sua avaliação, em conjunto com seus assessores jurídicos.

4.3 Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas

A Companhia mantém discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), e demais impostos sobre a receita, folha e créditos sobre custos e despesas. Cada uma dessas frentes é analisada em conjunto pela Administração, assessores jurídicos externos e a depender do prognóstico, podem ser reconhecidas no resultado da Companhia.

4.4 Provisão para PCLD

A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração a perda esperada e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

4.5 Provisão para perdas de estoques

As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são analisadas periodicamente e contabilizadas quando aplicável.

4.6 Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa 19.

5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

5.1 Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

- **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** a alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O “IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements”, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.
- **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

- **Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

As alterações mencionadas acima não produziram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

6 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas contábeis foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto quando diferentemente demonstrado.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

6.2 Contas a receber de clientes

Estão apresentadas pelo valor de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. A provisão para perdas com créditos é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração a perda esperada e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

6.3 Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Adicionalmente, é necessário que as especificações técnicas requeridas em contrato que são estabelecidas por padrões globais, e que tem referência no manual farmacêutico (Farmacopeia), procedimento usual neste segmento de negócio sejam satisfeitas. A Companhia emite um certificado de análise em que constam todos os testes, resultados e as especificações, de acordo com as referências descritas no parâmetro Global. Ao término do processo de análise dos produtos, pelo departamento de controle de qualidade da Companhia, os produtos são liberados para o faturamento. Este entendimento está em linha com o CPC47 que estabelece esta previsibilidade como prática aceitável no reconhecimento de vendas. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, conforme nota explicativa 21.

6.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As principais receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem (i) receita de juros de aplicação financeira, (ii) despesa de juros de empréstimos e (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

6.5 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem.

6.6 Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado financeiro do exercício em que são incorridos.

6.7 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

6.8 Imobilizado

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e os juros de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos, no caso de venda e o valor residual no caso de baixa e o valor contábil do ativo e em ambos os casos são reconhecidos no resultado do exercício.

6.9 Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

A cada dois anos, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve indicador de não recuperabilidade dos ativos.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC).

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

6.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são analisadas periodicamente e contabilizadas quando aplicável.

6.11 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

6.12 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

6.13 Benefícios a empregados pós-emprego (Plano de saúde)

A Companhia concede aos empregados benefícios como seguro de vida, seguro saúde e odontológico, participação nos lucros, dentre outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se ao plano de assistência médica. O custo do serviço corrente e os juros de apropriação do valor presente do passivo são reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e perdas atuariais gerados pela remensuração do passivo, são mantidas no patrimônio líquido (resultado abrangente). O reconhecimento destes benefícios se dá pela forma disposta pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

6.14 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria “passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado”.

6.14.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia determina a classificação dos seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.14.2 Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são mensurados ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros quanto nas características de fluxo de caixa contratual do instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, são mantidos pela Companhia para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor principal e juros, quando aplicável aos ativos financeiros, menos qualquer redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	64	306
Caixa e bancos em moeda estrangeira	334	3.831
Aplicações financeiras em CDBs em moeda nacional (i)	17.836	28.681
Aplicações financeiras em fundos de investimento em moeda estrangeira (ii)	9.369	7.961
	27.603	40.778

- (i) Referem-se a aplicações em CDBs, Compromissadas e quotas de fundos de investimento com resgate no mesmo dia da solicitação e sem carência, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São remuneradas diariamente por taxas que variam de 85% a 103% (99,5% a 104% em 2023) do CDI.
- (ii) No exterior os saldos em caixa e nas aplicações são em Dólar norte americano e remunerados pelas taxas dos *Time Deposits* dos Estados Unidos. No fim de dezembro de 2024, a taxa média das aplicações era de 4,77% a.a. (5,26% a.a. em 2023)

8 Aplicações financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	3.184	3.750

O valor mencionado nas aplicações financeiras de dezembro de 2024 está dado em garantia no empréstimo em aberto junto ao Banco Itaú. Por isso, estão classificados no ativo não circulante. Essa aplicação financeira está sendo remunerada diariamente por taxa de 100% do CDI.

9 Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes nacionais (i)	77.182	30.271
Clientes estrangeiros	6.428	2.853
Provisão para perdas esperadas	<u>(303)</u>	<u>(204)</u>
	<u>83.307</u>	<u>32.920</u>

- (i) O aumento significativo no contas a receber nacional se deve ao aumento de receitas no segundo semestre de 2024, principalmente em clientes com prazo mais alongado, além de alguns títulos de valores relevantes terem vencido no final do exercício e não terem sido liquidados. Este saldo foi considerado no cálculo da provisão de PCLD. A maior parte deste saldo foi recebido em janeiro de 2025.

Saldos por vencimento do contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	60.029	31.897
Vencidos até 30 dias	18.796	838
Vencidos de 31 até 60 dias	3.099	-
Vencidos de 61 até 90 dias	1.387	235
Vencidos de 91 até 120 dias	109	-
Vencidos de 121 até 180 dias	-	-
Vencidos acima de 180 dias	<u>190</u>	<u>154</u>
	<u>83.610</u>	<u>33.124</u>

A constituição da perda com créditos de liquidação duvidosa foi registrada no resultado do exercício como “Despesas com Vendas”. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados do contas a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Conforme política interna da Companhia, as contas a receber do mercado privado nacional vencidas há mais de 90 dias são integralmente provisionadas, assim como as contas a receber do mercado externo vencidas há mais de 120 dias. Para os demais vencimentos, é utilizada uma taxa para as perdas esperadas, conforme matriz de provisão da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a provisão de PCLD é de R\$ 303 (R\$ 204 em 31 de dezembro de 2023).

	<u>Provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa</u>
Saldo em 31/12/2023	204
Adições no exercício	253
Reversões no exercício	(154)
Saldo em 31/12/2024	303
	<u>Provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa</u>
Saldo em 31/12/2022	289
Adições no exercício	1.006
Reversões no exercício	(1.091)
Saldo em 31/12/2023	204

10 Transações com partes relacionadas

	Ativo	
	31/12/2024	31/12/2023
Acionista Majoritário	35.301	-
	35.301	-

Em 24 de maio de 2024, a Companhia concedeu um contrato de mútuo com parte relacionada no valor de R\$33.784 com incidência de juros de 7,45% a.a., sem incidência de correção monetária, para cumprir opção de venda realizada por acionista minoritário. A expectativa da Administração é de que a operação seja quitada ou inicialmente amortizada durante o ano de 2025.

11 Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Produtos acabados	38.400	40.607
Produtos em processo	7.233	5.658
Produtos para revenda	98	98
Matérias-primas (i)	34.395	45.072
Provisão para perdas c/estoque	(3.864)	(3.440)
Almoxarifado	2.312	1.634
	78.574	89.629

A Administração da Companhia revisa periodicamente a provisão para perdas nos estoques de produtos acabados. A provisão se deve a uma pequena parte dos estoques de produtos acabados sem movimentações nos últimos dois anos, obsoletos ou deteriorados, ou que foram produzidos na planta de validação de produtos, que tem escala menor, por se tratarem sua maioria de produtos em desenvolvimento, com lotes menores e, conseqüentemente, mais caros do que se fossem produzidos nas plantas comerciais de maior capacidade, ficando assim com custo mais alto do que seus valores de venda. Assim, em consonância com a política interna, elaborada de acordo com as normas contábeis (CPC-16), a Administração decidiu reconhecer a provisão do estoque.

O valor da provisão para perda em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 3.864 (R\$ 3.440 em 31 de dezembro de 2023).

	Provisão para perdas nos Estoques
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.4400
Adições	1.178
Reversões	(754)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.864
Provisão para perdas nos Estoques	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.196
Adições	2.848
Reversões	(1.604)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.440

12 Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
CSLL (i)	147	2.041
IRPJ (i)	657	4.341
PIS	126	225
COFINS (i)	559	4.497
IRRF	514	514
IPI	28	14
ICMS	1.056	406
Outros	73	74
	3.160	12.112

(i) A redução dos impostos a recuperar se deve basicamente ao ressarcimento e a utilização dos créditos tributários (IRPJ, CSLL e COFINS).

13 Imobilizado

31/12/2024				
	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	-	2.105	-	2.105
Instalações	10%	89.329	(16.182)	73.147
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	91.233	(40.566)	50.667
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	2.874	(1.478)	1.396
Veículos	10% a 20%	534	(476)	58
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	11.721	(6.833)	4.888
Imobilizado em andamento (i)	-	16.224	-	16.224
Outros	4% a 20%	12.830	(4.128)	8.702
		<u>226.850</u>	<u>(69.663)</u>	<u>157.187</u>

- (i) Aproximadamente R\$ 8 milhões, do saldo de imobilizado em andamento em dezembro de 2024, se deve à expansão dos laboratórios de Pesquisa & Desenvolvimento, que tem previsão de conclusão para abril de 2025.

A Companhia no seu processo industrial opera em três turnos, com isso a legislação (Art. 312 do RIR/99) permite que a Companhia utilize a depreciação acelerada em parte dos seus ativos.

31/12/2023				
	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	-	2.105	-	2.105
Instalações	10%	74.037	(14.044)	59.993
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	85.920	(32.613)	53.307
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	1.796	(1.407)	389
Veículos	10% a 20%	534	(458)	76
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	10.577	(5.349)	5.228
Imobilizado em andamento (i)	-	19.049	-	19.049
Outros	4% a 20%	11.405	(3.351)	8.054
		<u>205.423</u>	<u>(57.222)</u>	<u>148.201</u>

Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2024
Terrenos	2.105	-	-	-	2.105
Instalações	74.038	6	-	15.286	89.329
Máquinas e equipamentos	85.919	193	(150)	5.270	91.233
Móveis e utensílios	1.796	154	(8)	932	2.874
Veículos	534	-	-	-	534
Equipamentos de informática	10.577	598	(1)	546	11.721
Imobilizado em andamento (i)	19.050	20.657	-	(23.482)	16.224
Outros	11.404	23	(44)	1.449	12.830
Total	<u>205.423</u>	<u>21.632</u>	<u>(203)</u>	<u>-</u>	<u>226.850</u>

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023
Terrenos	2.105	-	-	-	2.105
Instalações	54.810	194	-	19.034	74.038
Máquinas e equipamentos	48.851	152	(198)	37.114	85.919
Móveis e utensílios	1.661	12	(18)	141	1.796
Veículos	534	-	-	-	534
Equipamentos de informática	6.049	505	(90)	4.113	10.577
Imobilizado em andamento (i)	45.684	39.922	-	(66.556)	19.050
Outros	5.261	-	(11)	6.154	11.404
Total	164.955	40.785	(317)	-	205.423

(ii) Os gastos registrados como imobilizado em andamento possuem a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Obras Civis	12.167	13.334
Equipamentos	1.764	4.217
Materiais	1.168	725
Montagem	942	774
Outros	183	-
Total	16.224	19.050

Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Instalações	(14.044)	(2.138)	-	(16.182)
Máquinas e equipamentos	(32.613)	(8.166)	213	(40.566)
Móveis e utensílios	(1.407)	(80)	9	(1.478)
Veículos	(458)	(18)	-	(476)
Equipamentos de informática	(5.349)	(1.485)	1	(6.833)
Outros	(3.351)	(759)	(18)	(4.128)
Total	(57.222)	(12.646)	205	(69.663)

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Instalações	(12.444)	(1.600)	-	(14.044)
Máquinas e equipamentos	(26.182)	(6.629)	198	(32.613)
Móveis e utensílios	(1.384)	(41)	18	(1.407)
Veículos	(440)	(18)	-	(458)
Equipamentos de informática	(4.625)	(814)	90	(5.349)
Outros	(2.676)	(687)	12	(3.351)
Total	(47.751)	(9.789)	318	(57.222)

Em 31 de dezembro de 2024, parte do ativo imobilizado no montante de R\$ 98.600 (R\$ 102.251 em 31 de dezembro de 2023), a valor de custo, está dado em garantia ao empréstimo captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Conforme descrito na nota 15.

14 Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	6.019	5.834
Fornecedores estrangeiros (i)	21.642	16.011
	27.661	21.845

- (i) Refere-se substancialmente à compra de matéria-prima importada. A Companhia efetua uma programação de pedidos de compras de matérias-primas que serão utilizadas no processo de produção para venda nos meses subsequentes.

15 Empréstimos e financiamentos

A Companhia celebrou contratos de financiamento com o objetivo de financiar pesquisa e desenvolvimento e expansão do parque industrial, conforme descrito abaixo:

	Taxa de juros ao ano	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros capitalizados	Variação Cambial	Despesas de Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo em 31/12/2024
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/068 A (i)	3,10% + 1,13%+ IPCA	3.058	-	-	-	253	(253)	(441)	2.617
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/017 B (i)	3,10% + 1,13%+ IPCA	1.920	-	-	-	159	(158)	(277)	1.644
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/025 C (i)	3,10% + 1,53%+ IPCA	7.211	-	-	-	622	(622)	(1.039)	6.172
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/025 D (i)	3,10% + 1,53%+ IPCA	6.079	-	-	-	524	(525)	(876)	5.202
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/025 E (i)	3,10% + 1,53% + IPCA	2.314	-	-	-	200	(200)	(333)	1.981
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/025 F (i)	3,10% + 1,53% + IPCA	728	-	-	-	63	(63)	(105)	623
BNDES – Contrato – 21.9.0101.1/013 S (ii)	3,53% + 1,53%+ IPCA	12.599	-	-	-	1.133	(1.134)	(1.815)	10.783
BNDES – Contrato – 21.9.0101.1/021 S (ii)	Cesta de Moedas + 2,30%	2.819	-	-	526	423	(234)	(450)	3.084
Finep – Contrato – 09.19.0010.00 (iii)	6% ou TJLP – 0,5%	6.628	10.812	-	-	761	(626)	(1.698)	15.877
Finep – Contrato – 02.23.0205.00 (iv)	TR + 3,3%	16.487	10.271	-	-	723	(706)	-	26.775
ITAU – Contrato – ITANY04528 (v)	5,814% +/- Variação Cambial	-	32.645	-	5.626	713	(713)	(3.600)	34.671
		59.843	53.728	-	6.152	5.574	(5.234)	(10.634)	109.429
Circulante								6.181	10.684
Não Circulante								53.662	98.745
								59.843	109.429

	Taxa de juros ao ano	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros capitalizados	Variação Cambial	Despesas de Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo em 31/12/2023
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/068 A (i)	3,10% + 1,13%+ IPCA	3.506	-	-	-	295	(295)	(448)	3.058
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/017 B (i)	3,10% + 1,13%+ IPCA	2.201	-	-	-	187	(181)	(287)	1.920
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/025 C (i)	3,10% + 1,53%+ IPCA	8.262	-	467	-	248	(727)	(1.039)	7.211
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/025 D (i)	3,10% + 1,53%+ IPCA	2.951	3.660	-	-	355	(335)	(552)	6.079
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/025 E (i)	3,10% + 1,53% + IPCA	2.651	-	-	-	235	(228)	(344)	2.314
BNDES – Contrato – 18.2.0354.1/025 F (i)	3,10% + 1,53% + IPCA	834	-	-	-	74	(74)	(106)	728
BNDES – Contrato – 21.9.0101.1/013 S (ii)	3,53% + 1,53%+ IPCA	13.815	-	833	-	458	(1.447)	(1.060)	12.599
BNDES – Contrato – 21.9.0101.1/021 S (ii)	Cesta de Moedas + 2,30%	3.320	-	132	(315)	194	(187)	(325)	2.819
Finep – Contrato – 09.19.0010.00 (iii)	6% ou TJLP – 0,5%	7.163	-	-	-	522	(1.057)	-	6.628
Finep – Contrato – 02.23.0205.00 (iv)	TR + 3,3%	-	16.457	-	-	255	(225)	-	16.487
		44.703	20.117	1.432	(315)	2.823	(4.756)	(4.161)	59.843
Circulante		4.549							6.181
Não Circulante		40.154							53.662
		44.703							59.843

- (i) Contrato BNDES N° 18.2.0354.1
- Principal: R\$ 26.328
Juros: 3,10% a.a. + *Spreads* de 1,13% a.a. ou 1,53% a.a. + IPCA
Vencimento: Em 108 parcelas a partir de dezembro de 2021 e a última em novembro de 2030.
Garantia: Em terceira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada sua unidade industrial, situados em Duque de Caxias-RJ, avaliados os terrenos, as edificações e os equipamentos.
- (ii) Contrato BNDES N° 21.9.0101.1
- Principal: R\$ 17.191
Juros: 3,54% a.a. + *Spread* 1,5% a.a. + IPCA
Vencimento: Em 90 parcelas a partir de junho de 2023 e a última em novembro de 2030.
Garantia: Em quarta hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada sua unidade industrial, situados em Duque de Caxias-RJ, avaliados os terrenos, as edificações e os equipamentos.
- (iii) Contrato FINEP N° 09.19.0010.00
- Principal: R\$ 17.975
Juros: Menor entre 6% a.a. e TJLP - 0,5%
Vencimento: Em 97 parcelas a partir de abril de 2023 e a última em abril de 2031.
Garantia: Carta Fiança
- (iv) Contrato FINEP N° 02.23.0205.00
- Principal: R\$ 29.805
Juros: TR + 3,3% a.a.*
Vencimento: Em 97 parcelas a partir de abril de 2023 e a última em abril de 2031.
Garantia: Carta Fiança
- * taxa cobrada quando a Nortec utiliza garantias financeiras.
- (v) Contrato ITAU- ITANY04528
- Principal: R\$ 32.645
Juros: Variação Cambial + 5,814% a.a.*
Vencimento: Em 20 parcelas a partir de agosto de 2024 e a última em abril de 2029.

Cláusulas restritivas (*Covenants*)

A Companhia possui *covenants* financeiros e não financeiros em seus contratos de empréstimos adquiridos junto ao BNDES e Banco Itaú. A Administração monitora esses índices de forma regular e até a presente data, não houve nenhuma indicação de não atendimento aos *covenants*.

i. Covenants financeiros

Os contratos de financiamento com as instituições BNDES e Itaú, além de apresentar alguns *covenants* não financeiros, contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, dentre eles Dívida Líquida sobre o EBITDA acumulado de 12 meses não pode ultrapassar o valor de 3x e o Passivo Circulante + Passivo Não Circulantes não podem ultrapassar 45% dos Ativos Totais, conforme calculado no Balanço Patrimonial. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia estava em conformidade com essas cláusulas contratuais.

ii. *Covenants não financeiros*

Obrigações de não fazer:

- Redução relevante do quadro de pessoal, atrelada à execução do projeto financiado;
- Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- A inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação; e

Obrigações de fazer:

- Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do Meio Ambiente, durante o período de vigência do contrato.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia estava em conformidade com essas cláusulas contratuais.

16 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
Encargos sociais a recolher	1.092	1.170
Encargos assistenciais a pagar	454	70
Provisão de férias	3.323	3.511
	4.869	4.751

17 Obrigações fiscais

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS a recolher	3.806	1.745
Imposto de Renda na Fonte	385	1.017
Outros	60	48
	4.251	2.810

18 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda.

	Causas trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Adições	109
Reversões	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	109

	Causas trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Adições	71
Reversões	-
Baixas por pagamento	(71)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía processos judiciais sem provisão constituída por não possuir uma nova obrigação presente como resultado de evento passado, e apresentar classificação de risco possível de perda. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e avaliação da própria administração, as provisões tributárias, cíveis e trabalhistas classificadas com risco possível de perda totalizam o montante de R\$ 5.468 (R\$ 4.815 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais cuja - probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2024
Natureza	
Trabalhistas	205
Tributária	5.563
Total	5.768
Natureza	31/12/2023
Trabalhistas	260
Tributária	4.555
Total	4.815

Processos de natureza Trabalhista

Os principais pedidos estão relacionados a horas extras, adicional noturno, dano moral, dano material, pensão vitalícia, desvio de função, adicional de insalubridade e periculosidade, além de indenizações e responsabilidade subsidiária de terceiros. Nenhuma ação individual é relevante o suficiente para impactar adversamente e de maneira relevante os resultados da Companhia.

Processos de natureza Tributária

Auto de Infração de ICMS, lavrado em 10.12.2021, onde o Auditor Fiscal alega, em síntese, que o contribuinte teria deixado de escriturar 53 notas fiscais de entrada e, em contrapartida, promovido a saída dos bens sem o devido registro. Por essa razão, aplicou a presunção de que o custo do produto seria aquele da aquisição mais recente acrescido do importe de 50% (para fins de estimativa de lucro na venda), sendo certo que sobre o valor total (valor da aquisição mais recente + 50%) incidiu a alíquota de 18% do ICMS. A Companhia apresentou a defesa, demonstrando que se trata principalmente de Notas Fiscais com entrada e saída com valores iguais, que deveriam se anular, e estavam sendo somadas erradamente. Não houve qualquer manifestação posterior por parte do Auditor Fiscal.

19 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo de prejuízo fiscal e base negativa	1.514	3.089
Diferenças temporárias:		
Provisões temporárias	2.027	2.111
Diferença de depreciação Taxa Fiscal x Contábil	(4.861)	(4.150)
Outras	192	60
	<u>(1.129)</u>	<u>1.110</u>
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	14.695	34.463
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota nominal (34%)	(4.996)	(11.717)
Ajustes:		
Despesas não dedutíveis	(1.084)	(793)
Incentivos Fiscais	500	227
Receita de Correção Monetária S/Indébito Tributário	183	677
Receita de Ressarcimento oriunda de Benefícios Fiscais (Sub. Investimento) (i)	-	2.380
Outros	(288)	8.801
Imposto de renda e da contribuição social total	(5.685)	(425)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.446)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.239)	(425)

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados nos montantes de R\$ 4.524 e de R\$ 9.085, respectivamente, para compensação de lucros tributáveis futuros. Prejuízos fiscais e bases negativas não possuem prazo de prescrição, porém a Companhia somente pode compensar o montante de até 30% dos lucros tributáveis de cada exercício societário e fiscal.

- (i) A Companhia possui processos em análise pela Receita Federal do Brasil (RFB), para ressarcimento de créditos de IRPJ e CSLL, relacionados à exclusão da receita de subvenção oriunda de benefícios de ICMS na apuração do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 3.212, já atualizado pela Selic. Adotando uma postura conservadora, a Administração decidiu que somente irá se beneficiar dos créditos tributários, quando a RFB homologar os pedidos de ressarcimento, assim como ocorreu em outros períodos já analisados e ressarcidos pelo órgão à Companhia. Em 2024 não houve nenhum ressarcimento referente a estes processos.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social autorizado, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 89.230 (R\$ 89.230 em 31 de dezembro de 2023) e está representado e dividido entre seus acionistas conforme abaixo:

Participação societária em 31 de dezembro de 2024

	Número de Ações		%	Total
	Ordinárias	Preferenciais		
Acionistas pessoa física	5.107.282	-	43	5.107.282
Saint-Remy Participações Ltda	6.770.113	-	57	6.770.113
	11.877.395	-	100	11.877.395

Participação societária em 31 de dezembro de 2023

	Número de Ações		%	Total
	Ordinárias	Preferenciais		
Acionista controlador e demais acionistas	9.145.594	-	77	9.145.594
Alta Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior - FIP Alta	2.613.028	118.773	23	2.731.801
	11.758.622	118.773	100	11.877.395

Instrumento Particular de Outorga de Opções de Compra e de Venda de Ações e Outra Avenças.

Conforme notificado para o mercado no dia 11 de janeiro de 2024, o acionista FIP Alta exerceu uma opção de venda que detinha contra os Acionistas Fundadores da Nortec Química, da qual a Companhia era solidária, referente à 20% de participação societária na Empresa. Nos termos acordados, o pagamento foi realizado por outro acionista em maio de 2024, no valor de R\$ 32.000. Além disso, em dezembro de 2024 houve uma nova negociação societária, na qual o FIP Alta vendeu o saldo remanescente de suas ações, que representavam 3% do capital social da Nortec Química, encerrando assim sua participação acionária com a Companhia.

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

b. Dividendos

Conforme determina o estatuto social da Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei 6.404/76.

Os dividendos mínimos e preferenciais foram calculados e propostos para distribuição conforme detalhado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	9.011	34.037
Constituição da reserva legal - 5%	(451)	(1.702)
Constituição de reserva incentivos fiscais (ICMS – Convênio 10/2002)	-	(21.878)
Base de cálculo	8.561	10.457
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	2.140	2.614
Dividendos adicionais	-	5.470
Total de dividendos a distribuir	2.140	8.084
Percentual do lucro líquido	25%	24%
A pagar como dividendos preferenciais	-	382
A pagar como juros sobre o capital próprio	-	2.463
Dividendos e juros sobre capital próprio - preferenciais	-	2.845
A pagar como dividendos - Mínimo e adicional	2.140	702
A pagar como juros sobre o capital próprio - Mínimo e adicional	-	4.537
Dividendos e juros sobre capital próprio - ordinárias	2.140	5.239
Total de dividendos a pagar (A)	-	1.084
Total de juros sobre capital próprio a pagar (B)	-	7.000

	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre capital próprio	-	7.000
Imposto de renda - Juros sobre capital próprio	-	(529)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (A+B)	2.140	7.555

c. Natureza e propósito das reservas

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de Incentivos Fiscais

Os efeitos desse cálculo são registrados no resultado do exercício como “deduções de vendas”, e no encerramento do exercício o benefício foi destinado para a reserva de investimentos fiscais (patrimônio líquido) no montante de R\$ 21.878 em 31 de dezembro de 2023. Com a promulgação da Lei 14.789/2023, o cenário para o aproveitamento de incentivos fiscais das Subvenções para Investimentos a partir de 2024 passou por alterações relevantes. As mudanças restringem consideravelmente a utilização deste benefício em âmbito geral, e no caso da Companhia, impediram o aproveitamento a partir das alterações legislativas.

Reserva de retenção de lucros

É constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para projeto de expansão da planta fabril da Companhia.

De acordo com o art. 199 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 11.638/07, estabelece que o somatório das Reservas de Lucros, exceto as Reservas de Contingências, Incentivos fiscais e Lucros a Realizar, não poderá ser superior ao montante do Capital Social.

21 Receita Líquida de Vendas

Segue abaixo conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta	264.079	239.745
Menos:		
Vendas canceladas	(1.481)	(1.464)
Impostos sobre vendas	(16.773)	(35.429)
Subvenções para Investimentos (Icms – Convênio 10/2002) (i)	-	21.878
	245.825	224.730

- (i) Conforme mencionado na nota 20 item c em 2024 houve uma mudança na forma de aproveitamento da subvenção para investimento e essa mudança impossibilitou que a Companhia permanecesse com o benefício que permitia à Companhia reduzir o IRPJ e CSLL sobre o lucro, porém o benefício estadual referente ao convenio 10/2002 que dá a isenção do ICMS nas vendas dos produtos destinados ao coquetel da AIDS não tiveram mudança e dessa forma a Companhia não perdeu o benefício na esfera estadual, continuando com as mesmas regras.

22 Custos dos Produtos Vendidos

	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos materiais	(115.453)	(99.469)
Custo c/ pessoal	(32.476)	(32.919)
Custo c/ serv. terceiros	(4.828)	(4.903)
Custo c/ ocupação e utilidades	(15.217)	(15.746)
Depreciação	(10.670)	(8.675)
	<hr/>	<hr/>
Custos dos Produtos Vendidos	(178.644)	(161.712)
Custo dos Produtos Revendidos	(716)	(2.011)
	<hr/>	<hr/>
	(179.360)	(163.723)

23 Despesas (receitas) operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com Vendas	(2.004)	(1.543)
Despesas com pessoal	(16.986)	(14.625)
Serviços de terceiros	(8.019)	(6.416)
Ocupação e utilidades	(5.296)	(3.390)
Despesas administrativas	(9.159)	(8.751)
Depreciação	(1.946)	(1.112)
Despesas Gerais e Administrativas	(41.406)	(34.294)
Receita c/ressarcimento de Créditos Tributários	-	5.015
IRPJ/CSLL (Saldo Negativo)	-	-
Outras receitas operacionais	1.731	1.799
Total de (despesas) receitas operacionais	(41.679)	(29.023)

24 Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras		
Juros	(4.992)	(2.853)
Descontos concedidos	(216)	(40)
Despesas bancárias	(790)	(736)
Acréscimos legais s/tributos	(41)	(13)
IOF	(374)	(321)
Outros	(107)	(2)
Total	(6.521)	(3.965)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.190	3.123
Descontos recebidos	24	26
Receita de juros	1.519	46
Variação Monetária S/Tributos	539	1.992
Outros	117	108
Total	4.389	5.295
Variação Cambial Ativa	8.723	5.785
Variação Cambial Passiva	(16.681)	(4.637)
Variação cambial líquida	(7.958)	1.148
Resultado financeiro líquido	(10.090)	2.478

25 Instrumentos financeiros

25.1 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, composto pelos (empréstimos detalhados na nota explicativa 14), deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, dividido pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados), conforme apresentado nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

O índice de alavancagem em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Total dos empréstimos (Nota 14)	109.429	59.843
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(27.603)	(40.778)
Menos: aplicações financeiras (Nota 8)	(3.184)	(3.750)
Dívida líquida (A)	78.642	15.315
Total do patrimônio líquido (B)	239.682	232.412
Total do capital (A + B)	318.324	247.727
Índice de alavancagem financeira - %	24,71%	6,18%

25.2 Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	27.603	40.778
Aplicações financeiras	3.184	3.750
Contas a receber	83.307	32.920
Mútuo com Partes Relacionadas	35.301	-
Passivos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	109.429	59.843
Fornecedores	27.661	21.845

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou de proteção (“*hedge*”) em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

25.3 Objetivos da administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

25.4 Riscos de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração entende que esse risco é inerente ao perfil das operações da Companhia e ela opera equacionando de forma adequada esse risco. Logo, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros, nem tampouco se utiliza de derivativos ou outros ativos de risco com caráter especulativo.

As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração.

25.5 Gestão de risco de taxa de câmbio

A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira; conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas. Os resultados estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 2024, o dólar norte-americano sofreu uma valorização de 27,91 % frente ao real (2023 - desvalorização de 7,21%). A exposição ao risco de câmbio em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, representado pelos valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira é:

Ativo	31/12/2024	31/12/2023	Moeda de Exposição
Caixa e equivalente de caixa (recebimentos em dólar de clientes estrangeiros)	9.703	11.791	US\$
Contas a receber de clientes estrangeiros	6.428	2.853	US\$
Total dos Ativos	16.131	14.464	
Passivo			
Seguro transportes	50	39	US\$
Financiamentos estrangeiros	34.671	-	US\$
Fornecedores estrangeiros	21.642	16.011	US\$
Total dos Passivos	56.363	16.050	

25.6 Gestão do risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras no valor de R\$ 30.787 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 44.528 em 31 de dezembro de 2023) são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtém empréstimos com taxas de juros estabelecidas nos contratos conforme mencionado na nota 14 no valor de R\$ 109.429 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 59.843 em 31 de dezembro de 2023). Entretanto, as taxas obtidas nos financiamentos são baixas e os prazos de amortização são longos, comparadas a outras formas de financiamento existentes no mercado. Além disso, a Companhia tem uma Política conservadora em relação ao caixa e equivalentes de caixa, operando com saldos elevados para mitigação de risco. Como mencionado acima, este caixa e aplicações, também estão expostos (positivamente) à variação nas taxas de juros. Dessa forma, esse risco é atenuado.

25.7 Análise de sensibilidade

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, adiantamento a fornecedores, seguro transporte e contas a pagar em moeda estrangeira além de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos atrelados a outros índices.

Na elaboração da análise de sensibilidade, foram considerados o relatório FOCUS do Banco Central do Brasil para o dólar norte-americano e CDI, além das informações projetadas pelo BNDES para os seguintes índices TJLP e TLP, considerando as seguintes premissas:

Definição de um cenário provável do comportamento do risco que é referenciada por fonte externa independente (Cenário Provável).

Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário Possível e Cenário Remoto, respectivamente).

Em 31 de dezembro de 2024, a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, expostos às variações de taxas de juros, taxas de câmbio e aos índices inflacionários, e os seus respectivos impactos no resultado do exercício, estão demonstrados para o período de 90 dias, quando deverão ser apresentadas as próximas informações trimestrais contendo tal análise.

Riscos de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e empréstimos, cujos saldos em 31 de dezembro de 2024 e o efeito dos juros sobre as aplicações financeiras e sobre os financiamentos são apresentados abaixo:

Operação	Saldo contábil em 31/12/2024	Efeitos dos juros sobre aplicações financeiras e sobre os financiamentos					
		Cenário provável de rendimento sobre aplicações e juros sobre empréstimos (a)	Ganho ou perda (b) - (a)	Cenário possível 25% (b)	Ganho ou perda (c) - (a)	Cenário remoto 50% (c)	
Aplicações Financeiras	CDI	3.184	450	112	562	225	675
Fundos de Investimentos (Caixa Equivalentes de Caixa)	CDI	17.836	2.519	630	3.149	1.260	3.779
³ Empréstimos e Financiamentos	Menor entre 6% a.a. e TJLP - spread *	(15.877)	(953)	-	(953)	-	(953)
Empréstimos e Financiamentos	IPCA + spread	(29.022)	(2.983)	(399)	(3.382)	(798)	(3.781)
Empréstimos e Financiamentos	TR + spread	(26.775)	(914)	(8)	(922)	(15)	(929)
Total		(50.654)	(1.881)	335	(1.546)	672	(1.209)

A Selic utilizada foi a de janeiro de 2025, definida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), em reunião realizada no dia 29 de janeiro de 2025. Nos cenários possível e remoto, esse valor foi acrescido de 25% e 50%, respectivamente.

Para o IPCA, foi usada a mesma lógica. O cenário provável considera a média entre o IPCA acumulado nos últimos 12 meses em dezembro de 2024 (4,83%) (fonte: IBGE) e a projeção do Focus de 14 de março para o fim de 2025 (5,66%).

Para a TJLP, foi usada a taxa vigente acumulada até dezembro de 2024 (Fonte: BNDES).

Riscos de taxa de câmbio

Considerando as exposições cambiais descritas na tabela de exposição cambial mencionada na nota 25.7, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto de 31 de dezembro de 2024:

O cenário provável considera a taxa de câmbio projetada pelo Focus da primeira semana de janeiro de 2024 para o fim do ano.

Operações Cambiais		Saldo contábil em 31/12/2024	Cenário provável (a)	Ganho ou perda (b) - (a)	Cenário possível 25% (b)	Ganho ou perda (c) - (a)	Cenário remoto 50% (c)
Caixa e equivalente de caixa (contratos de câmbio de clientes estrangeiros)	Dólar/Real	9.703	9.537	2.384	11.921	4.769	14.306
Contas a receber de clientes estrangeiros	Dólar/Real	6.428	6.318	1.580	7.898	3.159	9.477
Seguro Transporte	Dólar/Real	(50)	(49)	(12)	(61)	(25)	(74)
Fornecedores estrangeiros	Dólar/Real	(21.642)	(21.272)	(5.318)	(26.590)	(10.636)	(31.908)
Empréstimos e Financiamentos	Dólar/Real	(34.671)	(34.078)	(8.520)	(42.598)	(17.039)	(51.117)
Total		(40.232)	(39.544)	(9.886)	(49.430)	(19.772)	(59.316)

25.8 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Administração adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Companhia utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes, além de contratar uma empresa independente especializada em análise de crédito. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração.

O saldo de contas a receber de clientes no montante de R\$ 83.307 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 32.920 em 31 de dezembro de 2023), sendo a maior parte proveniente dos dez maiores clientes da Companhia, com os quais tem uma relação comercial de longa data, com histórico sólido de adimplência de suas obrigações financeiras. As demais contas a receber de clientes estão compostas por muitos clientes em diferentes áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, é avaliada a necessidade de constituir-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para a cobertura desse risco.

A Companhia não está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. Adicionalmente, a Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

As operações com instituições financeiras (caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras), no valor de R\$ 30.787 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 44.528 em 31 de dezembro de 2023), são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

25.9 Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos que julgue adequadas, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Em 31/12/2024	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	27.661	-	-	27.661
Financiamentos	10.684	16.354	82.391	109.429

Em 31/12/2023	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	21.845	-	-	21.845
Financiamentos	6.181	19.496	34.166	59.843

26 Benefícios a empregados

A Companhia, por meio Art. 5º é assegurado ao ex-empregado aposentado que contribuiu para produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do artigo 1º da Lei nº 9.656, de 1998, contratados a partir de 2 de janeiro de 1999, em decorrência de vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, o direito de manter sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral.

A Companhia entende que a referida assistência médica caracteriza um plano de benefício definido. Diante disso, mantém registrada a provisão para o passivo atuarial estimado no montante de R\$ 1.686 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.917 em 31 de dezembro de 2023) no passivo não circulante na rubrica de “Outras Contas a Pagar e Provisões”.

A Administração da Companhia entende que os valores apurados no cálculo atuarial não trazem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

27 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 292.059 de valores em risco para danos materiais, (R\$ 276.706 em 31 de dezembro de 2023), limites máximos de garantia de R\$ 5.000 para responsabilidade civil geral (R\$ 5.000 em 31 de dezembro de 2023), e 32.000 para responsabilidade civil de Administradores (R\$ 32.000 em 31 de dezembro de 2023).

Além destes, a Companhia detém apólices de seguros de transportes de mercadorias, seguro de vida para os colaboradores, entre outros.

28 Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	9.011	34.037
Quantidade de ações em circulação – média ponderada (em milhares)	<u>11.877</u>	<u>11.877</u>
Resultado por ação (básico e diluído)	<u>0,7587</u>	<u>2,8657</u>

29 Apresentação de informações por segmento

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia esclarece que a pesquisa e desenvolvimento, fabricação e comercialização de produtos farmoquímicos é o seu único segmento operacional relevante. Desta forma, considerando que atualmente as receitas operacionais da Companhia são, majoritariamente, comercialização dos produtos farmoquímicos a Administração entende que não há informação por segmento a ser apresentada.
